



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 038/SEMA/2014 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE - SEMA E A EMPRESA
MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E
PESQUISAS LTDA - EPP.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. °
03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de
2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro
Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário
Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro,
casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91,
residente a Rua Dom Antonio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608,
Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.° 18.861/2014 de 26/02/14,
doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado por a empresa,
MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ
04.724.729/0001-61, localizada na Rua Presidente Rodrigues Alves, esquina
com Alameda Maria Verano, n° 435, QD 14, LT 20, Setor Lot. Façalville II,
em Goiânia/GO, CEP: 74.350-115, telefones: (62) 3945-0350 e 3945-0351,
representado pelo Sr° **Cleuber Acerly de Oliveira**, portador do RG n°
4.432.702 SSP/GO e do CPF n° 394.522.801-82 e pela Srª **Nilseth Rosa Nery de
Oliveira**, portadora do RG n° 2.135.868 SSP/GO e do CPF n° 693.789.321-34,
doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em
conformidade com o Processo n° 313565/2014/SEMA, Pregão Eletrônico n°
004/2014/SEMA, sujeitando-se aos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de
1993 e alterações posteriores, Lei n°. 10.520/2002, Decreto Estadual n°
7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de meios de cultura
para atender o laboratório de monitoramento ambiental da SEMA-MT, conforme
especificações e condições descritas no Edital de **Pregão Eletrônico n°**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

004/2014/SEMA/MT e seus anexos, bem como Termo de Referência nº 083/2014 elaborado pelo setor demandante, que fazem parte integrante deste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 004/2014/SEMA/MT**, conforme discriminação abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
02	MEIO DE CULTURA (COLILLERT) PARA SUBSTRATO DEFINIDO ONPG-MUG PARA ANÁLISE BACTERIOLÓGICA EM ÁGUA. DEVE REALIZAR QUANTIFICAÇÃO EM AMOSTRAS DE ÁGUA SUPERFICIAL, SUBTERRÂNEA, EFLUENTES E CONSUMO HUMANO. DEVE TER METODOLOGIA APROVADA NO STANDARD METHODS OF EXAMINATION OF WATER AND WASTEWATER, APHA, 2005. CAIXA CONTENDO 200 UNIDADES.	Idexx	3	R\$ 1.323,00	R\$ 3.969,00
VALOR TOTAL					R\$ 3.969,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 3.969,00 (três mil novecentos e sessenta e nove reais)**, a serem pagos parceladamente, conforme for ocorrendo a entrega, comprovada por meio de atesto da Gerência de Laboratório e Ensaios da **CONTRATANTE**.

2.3. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

2.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Comparecer no prazo de **02 (dois) dias** para assinatura do contrato e retirada da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Gerência de Laboratório e Ensaios, contados a partir do recebimento da convocação formal.

3.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação do Edital de **Pregão Eletrônico nº 004/2014/SEMA/MT** e seus anexos e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

3.3. Entregar o objeto em **até 45 (quarenta e cinco) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA-MT, devendo a entrega ser acompanhada pelo Gerente de Laboratório e Ensaios ou Técnico do laboratório designado por este.

3.4. Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 004/2014/SEMA/MT** e seus anexos.

3.5. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar a **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.6. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato.

3.7. Substituir em até 45 (quarenta e cinco) dias, às suas expensas, após notificação formal pelo fiscal do contrato, os produtos entregues em desacordo com as especificações do edital e anexos e com a respectiva proposta, ou que apresentem vício de qualidade e/ou problemas na utilização, sendo que não serão aceitos produtos ou insumos entregues com data de validade próxima ao vencimento (menos de 6 meses).

3.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

3.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no edital.

3.10. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

3.11. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

3.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

3.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **CONTRATANTE**.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.14. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e no edital.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. A entrega do item, descrito na cláusula segunda deste contrato, deverá ser feita no Laboratório de Monitoramento Ambiental da **CONTRATANTE** e deverá ocorrer em **até 45 (quarenta e cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Gerência de Laboratório e Ensaaios da **CONTRATANTE**.

4.1.1. A entrega deverá ser feita em 02 (duas) parcelas, devendo ser entregues 02 (duas) caixas de imediato e 01 (uma) caixa quando o laboratório solicitar, devido ao prazo de validade dos meios de cultura serem curtos. O pagamento dos itens parcelados será equivalente ao total de itens entregues.

4.1.2. A entrega do objeto da licitação deverá ocorrer nas dependências do Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA-MT e deverá ser acompanhada pelo Gerente de Laboratório e Ensaaios ou técnico por ele designado.

4.1.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no momento da entrega, certificado de garantia de pureza dos reagentes, emitido por profissional habilitado (certificados de análise, principalmente concentrações traço de impureza), conforme definido no edital de **Pregão Eletrônico nº 004/2014/SEMA/MT** e anexos.

4.2. O objeto descrito neste contrato será recebido:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

4.3. Os produtos serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do Edital e seus anexos.

4.4. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do fornecimento dos bens as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

4.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir ORDEM DE FORNECIMENTO a cada solicitação, estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

6.2. Receber o objeto adjudicado nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste contrato, bem como, no edital e seus anexos.

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências, caso necessário.

6.4. Nomear o Fiscal do Contrato, mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização, que registrará em relatório as deficiências verificadas durante a execução do contrato, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital e neste contrato.

6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

6.7. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do(s) produto(s), para substituição nos termos da subcláusula 3.7.

6.8. Efetuar os pagamentos devidos, através de crédito em conta corrente mantida pela **CONTRATADA**, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Efetuar os pagamentos após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue e é o mesmo do objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002 c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gerente de Laboratório e Ensaio ou técnico por ele designado.

7.2. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA**, na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

7.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

7.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.3.2. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.4. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal.

7.5. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

7.6. As comprovações de regularidade exigidas no subitem acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

7.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.9. A Nota Fiscal deverá estar em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo.

7.10. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

7.11. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2358
Natureza de Despesa: 3390 3000
Fonte de Recurso: 109

8.2. As despesas decorrentes do objeto desta contratação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, no que couber.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato, bem como do edital, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

11.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

11.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, quanto ao atraso para assinatura do contrato e quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.3. Se a adjudicatária recusar-se a assinar o contrato e/ou receber a Ordem de Fornecimento, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

11.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.4. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa.

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

11.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13.1. Será designado pela **Gerência de Laboratório e Ensaios/Coordenadoria de Monitoramento Ambiental** da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados ao objeto do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato.

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 05 de novembro de 2014.

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

Cleuber Acerly de Oliveira
Representante da Contratada

Nilseth Rosa Nery de Oliveira
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

Kelly Almeida Kormann
CPF: 823.964.001-00

Nádia A. C. Castro
CPF: 000.922.361-46